

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ENSINO COLABORATIVO

Carla de Novaes Veiga de Araujo¹
Vanessa Nascimento dos Santos²

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central as práticas pedagógicas inclusivas no ensino médio integrado a educação profissional, através do ensino colaborativo principalmente, aos estudantes do público-alvo da educação especial. O ensino colaborativo é uma estratégia pedagógica que viabiliza o planejamento de ações inclusivas entre professores da sala comum e da sala de atendimento especializado (AEE). O problema da pesquisa consiste em: como implementar a práxis pedagógica inclusiva na sala de aula comum na educação profissional integrada ao ensino médio, tornando-a um espaço inclusivo para todos os alunos, com deficiência ou não? Neste trabalho, traçou-se como objetivo geral: apontar as contribuições do ensino colaborativo para práticas pedagógicas inclusivas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial na educação profissional de nível médio. E de maneira específica busca-se: analisar a relevância do ensino colaborativo na construção da aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais; verificar a utilização da proposta pedagógica na sala de aula comum; edificar práticas pedagógicas inclusivas de forma colaborativa. A pesquisa foi realizada numa escola pública da Bahia, que oferta o ensino médio integrado a educação profissional, Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) de Irecê. Os alunos da 1ª Série do Curso Técnico em Nutrição e Dietética, na disciplina de Língua Portuguesa, participaram de atividades adaptadas a partir dos laudos. De forma empírica, formula-se um relato de experiência. Por intermédio da pesquisa empírica e revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. Como aporte teórico foram utilizados: Cabral (2009); Capellini e Mendes (2007); Mendes (2006). Esse estudo corroborou com possibilidades concretas de novos horizontes e melhor direcionamento para práticas pedagógicas inclusivas na sala de aula comum de ensino médio integrado a educação profissional na escola, a partir do ensino colaborativo.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas Inclusivas, Educação Profissional de Nível Médio, Ensino Colaborativo, Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Esse artigo aborda as práticas pedagógicas inclusivas no ensino médio integrado a educação profissional, através do ensino colaborativo. A atual conjuntura educacional brasileira

¹ Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, carla.araujo.univasf.t5@gmail.com;

² Professora orientadora, Doutora em Ciências pela USP, Professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, vanessa.nsantos@univasf.edu.br;





voltada para Educação Especial e Inclusiva, demonstra a urgência do desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas no ensino médio, para que aconteça verdadeiramente a inclusão de todos na sala de aula comum. Garantindo o direito a escolarização do público-alvo da Educação Especial (PAEE), além dos demais alunos.

Tais transformações no sistema educacional brasileiro, sustentam-se na política de educação especial de natureza estrutural e conceitual protocoladas em documentos legais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Resolução nº 04 (BRASIL, 2009), o Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011), dentre outros. Esses encaminham o serviço de apoio da educação especial para o ensino regular, fornecendo amparo na Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para aqueles que verdadeiramente precisam. Na sala de aula comum, os docentes que atuam como mediadores do aprender, devem se apropriar de abordagens de ensino que estimulem o potencial dos estudantes, que os tornem protagonistas, sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

A prática docente, nesse cenário educacional mudado, deve propiciar um processo de ensino e aprendizagem para todos os alunos. E nós educadores somos conscientes das nossas dificuldades e anseios diante dessa realidade. Sentimos na pele a responsabilidade que recai sobre nós. Os estudantes PAEE estão presentes na sala de aula, temos que incluir significativamente; não apenas inserir. Porém, como se dará esse processo se estamos despreparados? Com uma rotina diária que consome nosso tempo para formação pedagógica. Tempo curto. Como reverter esse cenário?

Não é uma fórmula mágica, mas algo possível diante dos desafios que enfrentamos como professores da sala comum, proporcionarmos uma educação inclusiva de fato. É de fundamental importância, adotar estratégias para atender à diversidade, ou seja, ações em que todos da comunidade escolar participem do processo educacional, essa união de forças auxiliaria inclusive a driblar a grande pedra no nosso caminho formativo, o tempo. Visto que nossos alunos com deficiências têm suas particularidades e especificidades, mas no seu tempo, com acolhimento, adotando práticas pedagógicas interativas e inclusivas na sala de aula comum, eles conseguem seguir o processo de aprendizagem, usufruindo desse direito.

A escola possui uma imensa dimensão social, logo no ambiente escolar deve ocorrer interação, convívio com a diversidade, respeito as diferenças, participação ativa, empatia e criticidade; além da socialização do conhecimento. Segundo Lanutti e Mantoan (2018) a escola não está cumprindo seu papel social, por estar infelizmente alicerçada em práticas excludentes,





hierárquicas, homogêneas e seguindo um padrão social ideal. Aqueles que não se enquadram nos padrões já estabelecidos na sociedade tradicional, são anormais ou defeituosos.

Não cabe a escola perpetuar uma postura segregadora, supressora, discriminatória, ao contrário, ela deve ser inclusiva. Incluir não é apenas matricular, inserir na sala de aula comum e ser mais um “dígito” nas pesquisas estatísticas. Para tanto, é imprescindível ao fazer pedagógico no ensino médio integrado a educação profissional, práticas pedagógicas inclusivas oportunizando ambiente de respeito, cooperação e colaboração entre toda comunidade escolar, valorizando a diferença ao envolver as diversidades, permitindo desenvolver habilidades sociais, emocionais; criticidade e formação cidadã. A deficiência não pode ser vista como limitante. Cabe a escola cumprir seu dever social perante o estudante do público-alvo da educação especial (PAEE), assim a lei é executada.

Imediatamente, são necessárias práticas pedagógicas diferenciadas, que tragam o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem no ensino regular. Almeida *et al.* (2021), aponta a importância de estratégias pedagógicas inclusivas para salvaguardar o papel da inclusão na educação, o aprendizado de todos no ambiente escolar. A noção de práticas pedagógicas é exposta por Franco (2016):

As práticas pedagógicas incluem desde o planejamento e a sistematização da dinâmica dos processos de aprendizagem até a caminhada no meio de processos que ocorrem para além da aprendizagem, de forma a garantir o ensino de conteúdos e atividades que são considerados fundamentais para aquele estágio de formação do aluno, e, por meio desse processo, criar nos alunos mecanismos de mobilização de seus saberes anteriores construídos em outros espaços educativos (FRANCO, 2016, p.547).

Percebemos que incluir, significa empregar práticas educativas holísticas, com intuito de propiciar equidade, ou seja, ações didáticas sustentadas em envolver aqueles que algum dia sofreram discriminação e/ou foram excluídos, fazendo com que participem ativamente no processo de aprendizagem.

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), defende os direitos sociais e educacionais das pessoas com deficiência. A começar com a Lei n. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), elevando a importância da inclusão no âmbito educacional como política pública. Seguindo a perspectiva inclusiva, a Lei nº 10.172 (BRASIL, 2001), o Plano Nacional de Educação (PNE), diz que o atendimento educacional especializado (AEE) será na sala de aula comum, no ensino regular. Mais adiante, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, especificamente na Resolução CNE/CEB nº





2/2001 (BRASIL, 2001), novamente evidencia que os estudantes do público-alvo da educação especial (PAEE) serão escolarizados nas escolas regulares, ou seja, nas classes comuns.

Posteriormente, em 2008, houve a incorporação pedagógica da Educação Especial junto ao ensino regular, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o que acarretou mudanças no fazer pedagógico com a presença dessa diversidade e pluralidade em sala de aula, pois como para qualquer cidadão o direito a aprendizagem é garantido por lei. Entretanto, para proporcionar esse direito se carece de práticas pedagógicas inclusivas em qualquer nível de ensino.

À luz da legislação em questão, constata-se a necessidade de estratégias pedagógicas, que sejam inclusivas no contexto do chão escolar, para isso os professores da sala de aula precisam da ajuda dos especialistas da educação especial. Elenca-se o ensino colaborativo como estratégia pedagógica de cunho inclusivo, para juntos os docentes planejem práticas pedagógicas inclusivas que potencializam a eficácia educacional dos alunos PAEE, como está na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015). Conforme Capellini, Zanata e Pereira (2012), o ensino colaborativo contribui para a educação inclusiva, assegura aprendizagem ativa e significativa, despertando habilidades cognitivas e socioemocionais, advindos da colaboração entre os alunos. Isso prepara os estudantes para atuar de forma autônoma, independente, crítica e colaborativa em distintas circunstâncias. Segundo Santos (2023),

"O ensino colaborativo tem se mostrado uma das abordagens mais eficazes para promover a aprendizagem ativa, ao integrar o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais dos alunos. A colaboração entre pares não só facilita a troca de conhecimento, mas também estimula o pensamento crítico, a resolução de problemas e a construção conjunta do saber, elementos fundamentais em uma sociedade cada vez mais interconectada e baseada na troca de informações. Dessa forma, os estudantes não apenas aprendem conteúdos acadêmicos, mas também desenvolvem competências para atuar de maneira colaborativa e autônoma em contextos diversos, o que se traduz em um aprendizado mais significativo e duradouro" (SANTOS, 2023, p. 125).

Mendes (2006) afirma que o ensino colaborativo ou co-ensino acontece quando o planejamento ocorre na própria escola, entre pares de forma colaborativa, os docentes da sala de aula comum e da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) juntos respondem às demandas das práticas de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Este processo, deve incluir diferentes estratégias pedagógicas, recursos metodológicos, de diferentes materiais, recursos visuais, trazer jogos, ludicidade, linguagem simples e objetiva,





pois proporcionará um ambiente de aprendizagem onde não haverá barreiras, onde suas necessidades ou dificuldades serão atingidas pelo sentimento de respeito, empatia, aceitação à diversidade. Aonde os princípios da educação inclusiva, fundamentarão o plano de aula.

Nesse sentido, compreendendo a significância ao arrazoar equidade e inclusão no âmbito educacional, cabe ressaltar os enormes ganhos trazidos pelo ensino colaborativo, resultando em práticas pedagógicas inclusivas no ensino médio integrado a educação profissional, tendo em vista, a capacidade de dirimir quaisquer empecilhos no processo ativo, independente e protagonista do aprendizado do estudante, PAEE ou não, na sala de aula.

A pesquisa visa apresentar como tema as práticas pedagógicas inclusivas no ensino médio integrado a educação profissional, através do ensino colaborativo. Tal pesquisa torna-se de extrema essencialidade, uma vez que, a busca por estratégias pedagógicas no processo de inclusão no ensino médio integrado a educação profissional, são cada vez mais indispensáveis ao desenvolvimento educacional de forma plena.

Exposto isso, o problema da pesquisa é como implementar a práxis pedagógica inclusiva na sala de aula comum na educação profissional integrada ao ensino médio, tornando-a um espaço inclusivo para todos os alunos, com deficiência ou não?

Deste modo, o objetivo geral da pesquisa foi apontar as contribuições do ensino colaborativo para práticas pedagógicas inclusivas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial na educação profissional de nível médio.

Quanto à natureza, a metodologia empregada tipifica-se como qualitativa, apresentando um relato de experiência construído a partir de pesquisa empírica e revisão bibliográfica.

Neste contexto, esta pesquisa busca analisar a relevância do ensino colaborativo na construção da aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Posteriormente, verificar a utilização da proposta pedagógica na sala de aula comum. E por fim, edificar práticas pedagógicas inclusivas de forma colaborativa. Diante do exposto, a pesquisa se justifica, pela significância de apontar o ensino colaborativo como estratégia pedagógica, em que entre pares, de forma conjunta e com o mesmo objetivo, os docentes da sala de aula comum e da sala AEE, planejarão práticas pedagógicas inclusivas para o ensino médio integrado a educação profissional.

Dessa forma, é imprescindível para integração social dos estudantes PAEE e dos demais no contexto escolar, práticas pedagógicas inclusivas, em que o planejamento ocorre em pares de forma colaborativa, visando o aprendizado de todos os sujeitos. No tocante, Praes (2016, p.





estudantes público-alvo da Educação Especial na educação profissional de nível médio, contribuindo para inclusão e o fortalecimento de práticas mais equitativas e reflexivas na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Desde o final do século passado e início do século XXI, o Brasil presencia uma luta constante pelos direitos sociais das pessoas com deficiência. Fomos impulsionados pelo cenário internacional, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), já no Brasil destaca-se como marco e aporte para a discussão dos direitos sociais, a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988). Esse contexto é construído por práticas e estratégias emergenciais que auxiliam no enfrentamento dos obstáculos para escolarização como: os espaços, os materiais, o currículo, a cultura escolar, a formação docente e as práticas pedagógicas.

Quando falamos de Educação para Todos, vêm-se na mente a proposta da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.4), que determina a educação inclusiva como sendo um paradigma educacional fundamentado nos direitos humanos, em que a igualdade e diferença são inseparáveis e consolida a ideia de equidade formal, ou seja, igualdade dentro e fora da escola. A educação inclusiva prega que todos têm direito a acesso, permanência e aprendizagem, seja os alunos do público-alvo da educação especial e os demais, que fazem parte da diversidade e heterogeneidade escolar atual.

A inclusão escolar faz parte dos direitos humanos, mas como exercê-la na prática se nos deparamos com salas numerosas e heterogêneas, rotina escolar corrida e tempo curto. Temos que propor possibilidades para a superação desta realidade, para tanto apresentamos o ensino colaborativo como uma alternativa que some às demais condições de atuação e de práxis pedagógica dos docentes da sala de aula comum no próprio chão da escola. Prezando pelo trabalho em equipes, compostas por um grupo de indivíduos cujos objetivos visem melhorar a escolarização para todos os alunos (MENDES, 2006).

Segundo Mendes (2006), os autores Bauwens, Hourcade e Friend (1989) foram os primeiros a descrever uma associação pragmática entre educadores do ensino regular e especial. Esse modelo, ensino colaborativo, tem como alicerce a articulação de forma conjunta do professor do ensino comum e o professor de Educação Especial, propiciando o processo de





ensino e aprendizagem na sala de aula comum do ensino regular. Primeiro, porque a lei assegura o acesso e a permanência dos alunos PAEE na sala de aula comum, juntamente com todos seus colegas, bem como acesso a todos os recursos que necessita junto a eles, incluindo o professor de Educação Especial (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014).

Vale ressaltar o despreparo do docente da sala de aula comum em saber lidar com uma sala diversa, ele sente dificuldade ao ensinar para alunos diferentes, com deficiências específicas. Nesta conjuntura, ter o auxílio do docente da sala AEE visando o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, possibilita driblar as dificuldades junto ao aluno com deficiência ou não, em sala de aula. Para atingir o objetivo maior que se refere a aprendizagem do aluno, os professores irão dividir o planejamento, a apresentação, a avaliação e o manejo da classe visando à melhora do ambiente escolar de aprendizagem (MENDES, 2006).

Para desenvolver um planejamento pedagógico inclusivo, deve-se levar em conta as necessidades e características dos alunos, a demanda curricular, a experiência dos profissionais, as preferências dos professores, o espaço e o tempo disponível (MENDES, 2006). Precisa-se considerar que a implementação do trabalho colaborativo envolve tempo, suporte, recursos, pesquisas, monitoramento, e principalmente, persistência (MENDES, 2006).

Ao nos depararmos com uma boa prática pedagógica planejada, entre pares de forma colaborativa, focando na necessidade de cada aluno, estimulando seu melhor, valorizando seu potencial; essa reflete a educação inclusiva acontecendo de forma significativa. De acordo com Mitjáns Martínez e González Rey:

A aprendizagem escolar não é um processo essencialmente individual no sentido de ser intrapsíquico, como muitas vezes é representado no senso comum, e também, no contexto escolar. A aprendizagem é um processo tanto individual como social [...]. Na aprendizagem escolar se geram sentidos subjetivos por meio das quais a história de vida de cada aprendiz integra-se ao contexto diferenciado vividos por eles na sala de aula e na escola (MITJÁNS MARTÍNEZ; GONZÁLEZ REY, 2017, p.66).

A área pedagógica exige repensar a prática docente com estratégias diferenciadas para a realização das atividades na sala de aula comum. Neste modelo de planejamento colaborativo, os professores da sala de aula comum e da sala de AEE construirão suas práticas a partir de objetivos em comum, detalhando as atividades propostas e materiais necessários, especificando intervenções necessárias e as acomodações/adaptações de acordo com as necessidades educacionais específicas. A flexibilidade é presente no fazer pedagógico, nada é estático, se





houver necessidade de ajustes ou outro recurso pedagógico, com certeza haverá adequações no planejamento, o cotidiano escolar irá traçar o melhor caminho para todos os alunos aprenderem.

Nessa troca de forma conjunta, não teremos o professor da sala de aula comum seguindo o molde tradicional do professor egoísta, que acha que a sala de aula é sua. Com postura isolada, solitária, sofrendo com os desafios da turma heterogênea e numerosa. Ele terá a parceria do professor da sala AEE, para planejar, para trocar conhecimentos, juntos construirão práticas pedagógicas viabilizadoras de aprendizagem e desenvolvimento do estudante com deficiência, por respeitar sua história, vivência e gostos.

Ao considerar que o aluno é inicialmente, um sujeito que carrega consigo sua história, sonhos e preferências, que devem ser valorizadas, a aprendizagem ultrapassa as quatro paredes da escola ao respeitá-lo como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Durante a organização do ensino, todo instante serão (re)avaliadas as melhores propostas e os recursos pedagógicos para estudante PAEE ter educação de verdade. Daí a importância de planejar de forma colaborativa para garantir práticas inclusivas.

Para tanto, é importante o docente conhecer a abordagem que a literatura apresenta sobre o ensino colaborativo, que visa transformar o fazer pedagógico. O planejamento de ações pedagógicas inclusivas, através do trabalho em colaboração dos docentes das salas AEE e comum favorecerão o acesso, permanência e aprendizagem de todos.

PESQUISA EMPÍRICA

O monitoramento das atividades exercidas na disciplina de Língua Portuguesa com os alunos da 1ª série do Curso Técnico em Nutrição e Dietética trouxe que o ensino colaborativo realça o impacto positivo na consolidação de práticas pedagógicas que promovem a inclusão. Constatou-se que a interação entre professores da sala comum e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), permitiram que as atividades fossem ajustadas de forma individualizada, atendendo às necessidades educacionais específicas de cada estudante.

Os registros baseados na experiência de forma empírica apontam que todos os estudantes demonstraram maior engajamento, protagonismo e participação nas atividades quando o planejamento era feito coletivamente. Por exemplo, estudantes com dificuldades de leitura e escrita usufruíam de táticas como leitura compartilhada, textos trazendo o foco de





interesse deles, resumos coletivos e produção de textos em grupo, confirmando a eficácia do aprendizado por colaboração e da troca de experiências entre os estudantes.

Outrossim, a prática colaborativa contribuiu significativamente para o aprimoramento das habilidades socioemocionais, como cooperação, respeito, paciência e empatia, em todos os estudantes. Os desfechos sublinham o conceito de que a inclusão não é apenas estar presente de forma física na sala de aula, mas engloba a participação efetiva e significativa de todos os alunos no processo de aprendizagem.

Aferindo os dados empíricos com o referencial teórico, verifica-se conformidade com as autoras, Capellini e Mendes (2007), que enfatizam a importância do ensino colaborativo entre docentes para práticas pedagógicas inclusivas. Os êxitos da pesquisa corroboram sinalizando o ensino colaborativo, como uma estratégia viável, plausível e eficaz para promover ambientes de aprendizagem mais inclusivos e equitativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, por meio deste estudo, que o ensino colaborativo se configura uma estratégia pedagógica eficaz para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no ensino médio integrado à educação profissional. A pesquisa empírica atestou que colaboração entre professores da sala comum e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) viabiliza adaptações pedagógicas individualizadas, singulares, para atender às necessidades educacionais específicas de estudantes com deficiências sem excluir os demais alunos da sala de aula comum.

A pesquisa empírica propicia a consideração e refinamento das práticas pedagógicas inclusivas, proporcionando dados concretos para elaboração de propostas pedagógicas e a impulsão de práticas, saberes, normas e valores dentro do contexto escolar. Onde todos tem direito e acesso à aprendizagem de qualidade, com respeito às diferenças, porquanto confiamos que proporcionando condições, planejamentos, adaptações e recursos, nenhum aluno ficará sem aprender. Acredita-se que ampliando o ensino colaborativo como prática para outras disciplinas e turmas, nos depararemos com aprendizado e o desenvolvimento integral dos alunos.

Assim, a prática no chão da sala de aula, em que os saberes e as experiências de cada profissional são valorizados igualmente, pois se entende que a soma e a troca de conhecimentos diferenciados entre eles podem potencializar a construção de práticas mais inclusivas. Portanto, percebeu-se que, por meio do ensino colaborativo, na perspectiva da inclusão escolar, pode-se





contribuir para que as escolas do ensino regular encontrem formas variadas e distintas de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas no ensino médio integrado a educação profissional. Essa abordagem contribui para transformar a sala de aula em um espaço verdadeiramente inclusivo, no qual todos os alunos participam ativamente do processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. A.; TARTUCE, G. L.; GATTI, B. A.; SOUZA, L. B. de (org.). **Práticas pedagógicas na educação básica do Brasil: o que evidenciam as pesquisas em educação**. Paris: Unesco, p. 167, 2021.

BAUWENS, J.; HOURCADE, J.J.; FRIEND, M. Cooperative teaching: a model for general and special education. **Remedial and Special Education**, Beverly Hills, v.10, n.2, p.17-22, 1989.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: CNE/CEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2010 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em: 04 nov. 2025.





BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2025.

CABRAL, J. C. **A inclusão escolar: o papel do professor no ensino colaborativo**. Campinas: Papirus, 2009.

CAPELLINI, S.; MENDES, E. G. **A educação inclusiva e o ensino colaborativo: fundamentos e práticas**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

CAPELLINI, V. L. M. F., ZANATA, E. M., PEREIRA, V. A. Ensino Colaborativo. In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (Org.). **Recursos e estratégias pedagógicas que favorecem a inclusão**. Bauru: UNESP/FC, p.11-43, 2012.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 247, pp. 534-551, 2016.

LANUTTI, J. E. de O. E.; MANTOAN, M. T. E. Ressignificar o Ensino e a Aprendizagem a partir da Filosofia da Diferença. **Polyphônia**, Chile, v. 2, n. 1, p. 119–129, 2018.

MENDES, E. G. **A educação inclusiva e o ensino colaborativo: construindo uma nova prática escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo com apoio à inclusão escolar unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MITJÁNS MARTÍNEZ, J.; GONZÁLEZ REY, F. **A aprendizagem escolar e a formação do sujeito: o impacto da subjetividade no processo educacional**. São Paulo. Editora Cortez, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

PRAIS, J. L. de S. Formação inclusiva com licenciandas em Pedagogia: ações pedagógicas baseadas no desenho universal para a aprendizagem. 2016. 430 f. **Dissertação** (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2016.

SANTOS, J. **O ensino colaborativo no século XXI: desafios e oportunidades**. São Paulo: Editora Universitária, 2023.

